

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO TURÍSTICA NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

António Manuel Brites Salgado

Instituto Superior Politécnico da Guarda

Fernando Manuel Florim Ribeiro De Lemos

Instituto Superior Politécnico Gaya

Maria João Pires da Rosa

Universidade de Aveiro

Resumo

O estudo afere o estado da educação em Turismo no ensino superior em Portugal, interpretando as mudanças no âmbito do Processo de Bolonha, sobretudo a nível de avaliação e acreditação dos cursos. A análise da contribuição destes sistemas de avaliação no Turismo nos três ciclos do ensino superior permitirá compreender a evolução desta área científica. A metodologia de pesquisa baseia-se na análise de dados secundários, pela necessidade de exame transversal de algumas variáveis curriculares e formativas dos cursos, com o intuito de compreender a realidade do Turismo, sobretudo criando uma perspetiva holística de reflexão sobre os processos de avaliação e de acreditação desenvolvidos pela A3ES. O desenvolvimento curricular e a qualidade da formação, neste domínio científico, contribuirão para o melhor conhecimento da importância e do peso da Gestão Turística.

Palavras-chave: Gestão Turística, Ensino Superior, Turismo, Avaliação.

Abstract

The study assesses the situation of education in Tourism higher education in Portugal, interpreting changes in the context of the Bologna Process, especially the level of assessment and accreditation of these courses. The analysis of the contribution of these evaluation systems in Tourism for the three cycles of higher education will permit to understand the evolution of this scientific area. The research methodology is based on secondary data analysis, the need for cross-examination of some curricular and training variables in the courses, with the objective to understand the reality of Tourism, especially creating a holistic perspective of reflection on the processes of assessment and accreditation developed by A3ES. Curriculum development and quality of training, in this scientific field, will contribute to a better understanding of the importance and weight of the Tourism Management.

Keywords: Tourism Management, Higher Education, Tourism Review.

Introdução

A presente reflexão pretende analisar e discutir sobre o nível de importância da Gestão Turística (GT) no contexto do Ensino Superior Português (ESP) na área científica do Turismo. Cremos que o desenvolvimento curricular e a qualidade da formação, neste domínio científico, contribuirão para o melhor conhecimento da importância e do peso da GT e, no seguimento, perspetivar uma estratégia a seguir no modelo educativo, que seja fundamentada na avaliação da oferta dos cursos existentes neste subdomínio do Turismo.

A metodologia de pesquisa baseia-se essencialmente na análise de dados secundários, sobretudo pela necessidade de examinarmos transversalmente algumas variáveis curriculares e formativas dos cursos e suas áreas científicas, com o intuito de compreender a realidade existente nas Instituições de Ensino Superior (IES), sobretudo criando uma perspectiva holística com base na reflexão sobre os processos de avaliação e de acreditação desenvolvidos pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

O estudo procura aferir acerca do estado da educação em Turismo no Ensino Superior (ES), interpretando as mudanças que estão a ocorrer nos processos em curso no âmbito do Processo de Bolonha (PB), sobretudo a nível de avaliação e acreditação dos ciclos de estudos nesta área científica. A análise da contribuição dos sistemas de avaliação e acreditação da oferta formativa no Turismo, particularmente nos três ciclos do ensino superior, permite perspetivar a evolução futura desta área científica. Assim, primeiro analisamos as áreas científicas importantes num plano de estudos em Turismo para garantir o necessário equilíbrio do currículo e conhecimento com vista a fornecer uma perspetiva multidisciplinar ao diplomado. No segundo ponto interpretamos a natureza do perfil dos cursos de ES que sejam os mais adequados ao nível de ensino, no âmbito dos três ciclos em apreço. No seguimento analisamos variáveis gerais para caracterizar a oferta formativa de ES no Turismo a nível nacional, incluindo uma interpretação dos resultados do trabalho desenvolvido pela A3ES sobre a qualidade e os requisitos a cumprir na formação académica no ES. Por fim, interpreta-se a importância do subdomínio da GT nos Estudos do Turismo numa análise reflexiva que permita tecer considerações pertinentes para a melhoria do modelo formativo e educativo a nível nacional.

1. Áreas de conhecimento na educação em Turismo

O planeamento do currículo de um curso de ES exige uma base teórica do desenvolvimento curricular para melhor escolher entre a pluralidade de modelos educativos disponíveis, que podem basear-se numa perspetiva mais disciplinar ou multidisciplinar, numa programação tendencialmente especializada ou genérica, numa normalização ou centralização no currículo mínimo, numa maior especificação dos seus objetivos e/ou conteúdos, numa valorização das suas áreas científicas fundamentais ou nas de base, entre outras opções a assumirmos na organização de um curso.

Em 1981, a *Tourism Society* desenvolve um modelo sob os auspícios do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), que possui competências na harmonização das qualificações na União Europeia (UE). Contudo, na estrutura proposta, identificam-se ainda lacunas curriculares, nomeadamente os impactes ambientais, as línguas estrangeiras e os princípios legais. Por sua vez, o modelo desenvolvido por Jafar Jafari (citado por Cooper *et al.*, 1998: 119) constitui uma abordagem simples, inovadora e compreensível, no que respeita à organização do estudo desenvolvido nas disciplinas tradicionais. Para Gunn (1998: 75), não existe um modelo único de currículo aplicável uniformemente a todas as necessidades educativas. Os intervenientes devem definir os resultados esperados do currículo. Os especialistas procuram metodizar as áreas científicas do sistema formativo em Turismo. Porém, ainda não há um corpo de teoria metodologicamente ordenado (OMT, 1997: 16). O Turismo é uma ciência em desenvolvimento e um objeto de análise das Ciências Sociais. A sua consolidação depende da convergência de perspetivas multidisciplinares.

O reconhecimento do Turismo como disciplina exige uma reconfiguração de diferentes grupos de investigadores nesta área e em áreas afins. As potenciais estratégias da investigação em turismo são tão diversas quanto os conteúdos e desafios deste objeto científico. Smith (1989: 2-14) refere seis temáticas principais abordadas por planeadores e especialistas académicos: experiência humana; comportamento social; fenómeno geográfico; recurso; negócio; indústria. O progresso do conhecimento científico sobre o fenómeno turístico é uma realidade evidente. Os conteúdos dos planos de estudos refletem a diversidade de áreas das ciências porque esta matéria está no cruzamento de contributos científicos muito próximos de uma perspetiva multidisciplinar. É possível concluir

que se trata de um esforço conjunto de investigação dos vários especialistas em Turismo, de publicação de estudos em vários formatos, de organização da comunidade académica, de realização de seminários, conferências e outras ações, e de análise da informação estatística.

No âmbito do planeamento curricular é, igualmente, importante a identificação dos intervenientes na educação e seus interesses específicos, que constitui uma estratégia imprescindível à eficiência do sistema educativo. Os agentes educativos importantes são os estudantes, os empresários e gestores da indústria, os gestores públicos e os docentes. Os alunos pretendem cursos de acordo com as suas expectativas socioprofissionais. A indústria procura profissionais com as qualificações adequadas para servir eficazmente o turista. O Estado e suas instituições públicas devem garantir um currículo escolar equilibrado e uma formação eficiente para o mercado de trabalho. O corpo docente influencia o currículo, trazendo-o para uma esfera mais académica/científica.

O compromisso entre intervenientes no processo curricular reflete as suas capacidades de influência e o currículo pode resultar de uma negociação equilibrada entre as partes envolvidas. Segundo a OMT (1995: 102-103) não é realista planificar um sistema educativo em Turismo que seja uniforme e único para os vários países. A finalidade da atuação comum é o estabelecimento de uma rede de estratégias, modelos e ações formativas, com vista a criar uma estrutura de transmissão de ideias e intercâmbios de experiências internacionais. De facto, o desenvolvimento do currículo implica uma auscultação cuidada aos intervenientes com interesses na educação. A diversidade destes agentes, que prosseguem os seus objetivos próprios, torna a sua articulação uma tarefa árdua mas fundamental para a solução equilibrada e eficaz para atingir os fins educativos. A instituição educativa, a empresa turística e a organização pública, devem constituir grupos de trabalho com o objetivo de pensar nas melhores metodologias de organização do currículo e nas estratégias mais eficazes de ensino, de modo a responder às necessidades e expectativas dos estudantes. A instituição escolar assume papel central na organização e na implementação do currículo. O sistema formativo em Turismo pretende dar resposta às necessidades de qualificação dos profissionais, nos vários setores da indústria e da administração pública.

A OMT (1997: 11-12) reconhece que no contexto competitivo da indústria turística a organização dos sistemas de educação e formação está sujeita a crescentes pressões provenientes do ambiente externo. Nesta ótica, a abordagem educativa e curricular, a nível de GT, deve visar a maior competitividade dos vários setores desta indústria. O estudo realizado pela OMT revela que o grau de satisfação do painel de empregadores é médio e baixo, o que reflete o descontentamento com as qualificações dos empregados (tabela 1).

Tabela 1 - Grau de satisfação dos empregadores

Satisfação	Receção	Supervisão	Gestão média	Gestão superior
Percentagem de empregadores satisfeitos com a qualificação dos seus empregados	30	31	39	44

Fonte: OMT (1997: 60)

A tabela 2 apresenta as opiniões manifestadas por empregadores sobre o interesse da educação e formação de base dos profissionais do turismo, por níveis de categorias profissionais, como sendo uma condição *sine qua non* para a competitividade. Consta-se facilmente que a GT é uma área de conhecimento muito importante a um nível de formação cada vez mais avançado.

Tabela 2 - Grau de importância da educação de base por nível profissional

Importância	Receção	Supervisão	Gestão média	Gestão superior
Muito importante	23	35	63	69
Importante	41	49	30	21
Indiferente	30	12	6	7
Não importante	6	3	1	2

Fonte: OMT (1997: 64)

O número de iniciativas de formação promovidas por empresários turísticos (tabela 3) é mais elevado a nível de gestão (média e superior), quando comparado com os valores médios percentuais registados a nível de supervisão (21%) e de receção (24%). Porém, a análise regista a falha na identificação das necessidades profissionais das empresas.

Tabela 3 - Esquema formativo desenvolvido por empregadores

Área de estudo	Receção	Supervisão	Gestão média	Gestão superior
Gestão financeira	13	26	37	38
Contabilidade	43	46	41	41
Comunicação interpessoal	23	49	56	56
Gestão	20	33	48	48
Marketing	49	51	40	40
Motivação	56	48	34	34
Outras áreas de formação	8	10	8	11
Percentagem relativa aproximada	21	24	27	27

Fonte OMT (1997: 71)

De acordo com Brotherton *et al.* (1994: 111), a organização do currículo encara dois problemas: a falta de informação relativa às técnicas e aos conhecimentos da indústria turística; e a falta do esquema organizacional representativo da educação e da indústria, com vista à validação mútua do currículo escolar. Os representantes da indústria referem a necessidade de uma força laboral com conhecimentos técnicos do setor para o desempenho eficiente no emprego. A parceria na conceção curricular pode resolver alguns problemas estruturais dos recursos humanos, proporcionando a melhoria das condições do trabalho e dos níveis salariais. Sem dúvida, o estágio é uma oportunidade para fomentar a cooperação, por estar incorporado na estrutura curricular do curso e proporcionar uma experiência prática de formação *in loco* no turismo. Machado (1999: 52) afirma que “olhar o estágio como um espaço entre a teoria e a prática, é olhá-lo enquanto espaço integrador, que permite criar a distância reflexiva em relação às nossas próprias teorias implícitas”. O estágio pressupõe uma contínua reflexão, sobre o que se é e o que se gostaria de ser, sobre a realidade e a idealidade.

A *Tourism Society* (Cooper *et al.*, 1994: 115) defende a introdução do currículo mínimo comum como a tentativa para desenvolver a base consensual no ensino do Turismo. Esta tipologia curricular ajuda os estudantes a compreender melhor a natureza do curso, a indústria a adequar as suas expectativas às qualificações dos graduados e os educadores a estruturar os conteúdos. O *core body of knowledge* proposto pela *Tourism Society* (cf. Cunha, 2003: 66) integra várias noções do turismo: conceitos; desenvolvimento histórico; determinantes e motivações; medidas estatísticas e dimensões; significados; setores integrantes; marketing; planeamento físico e desenvolvimento; organização; finanças. O desenvolvimento do corpo de conhecimentos deve ser flexível, dada a multiplicidade de abordagens europeias (Richards, 1998: 3). É importante a definição das áreas nucleares e

das especificidades turísticas pelas instituições educativas. O currículo mínimo comum é uma questão delicada no contexto europeu, por haver dúvidas relativamente à legitimidade desta estratégia. Apesar do movimento generalizado para a harmonização das qualificações, Richards questiona-se sobre se há: currículo mínimo comum em matéria de Turismo e Lazer; conteúdos desse currículo mínimo; controlo sobre os atuais conteúdos; adoção do termo internacional e/ou europeu. Os objetivos educativos nesta matéria são diversos, dependendo sempre do modelo dominante de organização curricular. A pesquisa científica está associada aos objetivos visados pelo ES, enquanto os objetivos mais específicos se prendem com a formação de tendência profissionalizante nos setores turísticos. Os objetivos curriculares valorizam as componentes educativas, no topo do sistema, e as componentes operativas na sua base.

A natureza social e cultural do fenómeno turístico influencia o sistema educativo, bem como a crescente exigência de profissionalização dos recursos humanos, com vista a responder eficazmente ao sistema produtivo. É difícil sintetizar a essência de um currículo e descrever os diferentes conteúdos como obrigatórios ou opcionais (Cooper *et al.*, 1994: 123). Na realidade, a organização de um programa pode centrar-se nas perspetivas económicas dos setores da indústria turística e/ou nos conhecimentos das disciplinas tradicionais que interagem com o sistema turístico. Sanz (1995: 76) refere que o estabelecimento de uma licenciatura em Turismo abrange diversos conteúdos programáticos, com vista à aproximação dos alunos à carreira de Técnicos de Empresas e Atividades Turísticas. A investigação realizada pela OMT (1997: 63) revela as áreas de estudo prioritárias, por nível profissional (tabela 4). A área do Turismo é a preferida, exceto a nível de gestão superior, que é ultrapassada pela área de negócios.

Tabela 4 - Importância da educação e formação

Áreas	Receção	Supervisão	Gestão média	Gestão superior
Negócios	19	30	38	44
Turismo	42	46	44	35
Artes liberais	38	22	15	17
Outras	1	2	2	3

Fonte: OMT (1997: 64)

Os cursos de Turismo têm uma predisposição para a gestão dos negócios ou para as Ciências Sociais. A diversidade de disciplinas no Turismo reflete a amplitude das qualificações académicas e das experiências de trabalho dos educadores (Cooper *et al.*, 1992: 236). Segundo King (1994: 270), as universidades de países em vias de desenvolvimento incluem o Turismo em faculdades de Estudos Empresariais ou de Ciências Sociais. O curso da Universidade do Pacífico Sul requer uma cooperação entre as Ciências Sociais, com a sua perspetiva mais incrédula do desenvolvimento turístico, e os estudos dos negócios turísticos, numa abordagem pragmática às técnicas de prestação do serviço turístico. A falta de consenso em torno do carácter científico das Ciências Sociais não impossibilitou o seu interesse para compreender e explicar os problemas da humanidade. Para a OMT (1995: 11), o turismo é uma área de investigação incluída nessas questões sociais, mas ainda não constitui uma ciência social entendida como corpo metódico. É uma disciplina em desenvolvimento, na qual convergem muitas Ciências Sociais, conferindo-lhe a característica da interdisciplinaridade.

Muitos autores defendem modelos de análise integral do turismo como Gunn (1998: 74-75), para quem a pluralidade dos currículos não inclui a grandeza do fenómeno, muitos evidenciam apenas a indústria do alojamento. As universidades criaram demasiados modelos de organização dos conteúdos curriculares (Gunn, 1992: 266). Churchward *et al.* (2002: 78) analisam a relação da indústria turística com a formação profissional,

com o objetivo de examinar o conteúdo de cada profissão e a sua ligação à oferta de cursos. As áreas de conhecimento valorizadas pelos profissionais são apresentadas na tabela 5, associadas à gestão da indústria, permitindo compreender a dimensão dos negócios turísticos.

Tabela 5 - Áreas de conhecimento requeridas no trabalho

Posição	Variável	Frequência N=153	Posição	Variável	Frequência N=153
1	Marketing	61	9	Tecnologias de Informação Geografia	13 13
2	Recreio e Lazer	50	10	Transportes	7
3	Negócios e Finanças	42	11	Sociologia Psicologia	6 6
4	Economia	27	12	Antropologia	4
5	Gestão de Recursos Humanos	18	13	Agricultura e Desenvolvimento Agrário	3
6	Administração Hoteleira	17	14	Ciência Política Direito	2 2
7	Planeamento Regional e Urbano	15	15	Ecologia	1
8	Educação	14			

Fonte: Churchward *et al.* (2002: 81)

2. Perfil dos cursos superiores em Turismo

De acordo com Paredes (1997: 193), o Ministério Espanhol da Educação e Ciência identificou as competências requeridas aos futuros diplomados, mediante estudo e análise dos processos produtivos. O estabelecimento das qualificações foi possível pela colaboração dos profissionais, que identificaram e definiram as inerentes a cada setor (Paredes, 1995: 83). Para Almeida (2000: 4), este perfil representa um referencial de competências mobilizáveis para cada uma das funções do nosso setor de atividade, composto por saberes-fazer técnicos, por saberes em termos de conhecimento, e por saberes-fazer sociais e relacionais, requeridos para o desempenho de cada função e que globalmente, e cada vez mais, requerem, em comum, e para todas as funções, algumas características de base. Os objetivos prioritários têm de ser definidos e, na sequência da sua enunciação, deve-se pensar o tipo de resposta a dar pelos perfis profissionais, em termos da harmonização no desenvolvimento das qualificações profissionais, a nível da UE.

A formação superior em Turismo registou, desde o seu início em 1986, um acentuado crescimento, quer em termos de oferta de cursos, quer de procura pelos candidatos. Segundo Gonçalves *et al.* (2005: 7-9), pode considerar-se que as competências (tabela 6) a adquirir em qualquer formação superior, nesta área, devem ser adequadas ao grau conferido, e também relacionar-se com: a supervisão de operacionais e/ou responsabilidade pela aplicação e transmissão de um saber pericial especializado de nível médio-superior (1º ciclo); a gestão ou direção de unidades empresariais ou áreas institucionais; e/ou a responsabilidade pela resolução de problemas e pela apresentação de soluções na implementação de tarefas de saber pericial especializado de nível superior, envolvendo reflexão sobre o saber especializado (2º ciclo). Em ambos os ciclos, observa-se a presença de competências gerais de natureza: instrumental e de enquadramento da atividade; interpessoais e de gestão de recursos humanos; e sistémicas e conceptuais; a investigação aprofundada sobre determinado aspeto do conhecimento sectorial, de âmbito geral e/ou aplicada, cujo sucesso se traduz não em competências pré-determinadas e formatadas, mas antes numa elevada qualificação pessoal (3º ciclo).

Tabela 6 - Perfis profissionais

Subáreas	Perfil	Subsistema	Prescritores dos principais atos
Turismo	Técnico de Turismo (generalista)	Universidade e Politécnico	Coordenação e operacionalização de atividades/operações turísticas em instituições públicas e privadas
	Técnico de Turismo (especialista)	Universidade e Politécnico	Conceção, organização e gestão de operações turísticas especializadas
	Guia Intérprete Nacional*	Universidade e Politécnico	Profissional de informação turística capaz de interpretar e comunicar o território turístico e acompanhar turistas em grupo ou individuais
	Guia Intérprete Especialista**	Universidade e Politécnico	Guia Intérprete Nacional especializado em regiões e/ou produtos (ex: Correio de Turismo*, Guia de Arte, Guia do Património Natural, Guia de Museu, etc.)
Hotelaria	Técnico de Gestão Hoteleira*	Universidade e Politécnico	Coordenação e controlo das diferentes áreas funcionais das empresas/unidades de alojamento e direção de unidades de média e pequena dimensão
	Diretor de Hotel*	Universidade e Politécnico	Direção e administração de diferentes tipos de empresas/unidades de alojamento de grande dimensão.
	Técnico de Produção Alimentar em Restauração	Universidade e Politécnico	Gestão da produção alimentar e controlo de qualidade em restauração social ou coletiva
	Gestor de Restauração**	Universidade e Politécnico	Direção e administração de unidades de restauração social ou coletiva
	Chefe de Cozinha***	Universidade e Politécnico	Gestão da produção alimentar em unidades de restauração social de nível superior, utilizando procedimentos e tecnologias conducentes à inovação e à preservação de elevados padrões gastronómicos

Fonte: Gonçalves *et al.* (2005: 6); * Perfil que dá acesso a profissões certificadas; ** Perfil que dá acesso a profissões que deveriam ser certificadas; *** Perfil que dá acesso a profissão que carece de certificação ao nível superior e que já o é ao nível profissional.

O turismo baseia-se num conjunto de atividades de serviços na atual civilização do ócio, entendido como fenómeno complexo que inclui variáveis culturais, económicas, ecológicas, políticas, sociais, tecnológicas, entre outras. As suas diversas definições tendem a refletir as opiniões dos profissionais dos vários setores envolvidos e dos restantes intervenientes na educação turística. Estes pressupostos ajudam a compreender as competências específicas necessárias à formação superior (cf. Gonçalves *et al.*, 2005: 12-17). Para o primeiro ciclo, são definidas como adequadas as competências de natureza mais genérica, enquanto que se preconizam formações mais específicas para o segundo, necessariamente associadas à aquisição de competências a nível da gestão de recursos e produtos, de destinos e mercados, e ainda de outros domínios funcionais.

A Gestão Hoteleira engloba um vasto conjunto de conhecimentos que obriga a diferenciar a formação em pelo menos dois níveis: gestão de topo – direção/administração das empresas ou unidades hoteleiras e, especialmente no caso destas últimas, pelo planeamento, coordenação e controlo das atividades das diferentes áreas funcionais; gestão operacional ou funcional – responsável pelo desenvolvimento e implementação das políticas e planos de ação de cada área/departamento (direção de alojamento, alimentação e bebidas, comercial, que suportem os objetivos estratégicos definidos pela gestão de topo.

A caracterização dos perfis de qualificação das figuras profissionais do setor pretende alcançar alguma normalização na descrição das tarefas realizadas pelas diversas figuras profissionais, procurando-se seguir a sequência lógico-temporal do respetivo processo de trabalho, adotando para todas elas, o mesmo eixo de referência: interface a montante; preparação da produção; produção; interface a jusante”. A nível nacional destacam-se dois estudos

setoriais (INOFOR, 1999; IQF, 2005): Hotelaria em Portugal: Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação no setor da Hotelaria; Turismo em Portugal: Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação.

O estudo Perfis Profissionais Prospetivos para o Setor da Hotelaria em Portugal (INOFOR, 1999) sugere que ao nível da gestão de topo (Diretor de Hotel) e da gestão funcional (Diretor de Alojamento e Diretor de Alimentação e Bebidas), os perfis apresentam como requisito preferencial a formação superior na área da Hotelaria, sendo fundamental possuir experiência em alojamentos e em alimentação e bebidas, respetivamente. Os diplomados do primeiro ciclo adquirem as competências necessárias ao desempenho de funções qualificadas a nível de diversas chefias intermédias, em grandes e médias unidades hoteleiras. Podem desempenhar funções de assistente de direção, no caso de PME ou de gestor de micro unidades. Para o segundo ciclo reservam-se as competências exigidas a um diretor de hotel e seus requisitos. Este estudo caracteriza o setor nos domínios da economia, do emprego e da formação, no sentido de sustentar a construção de perfis profissionais e o diagnóstico das necessidades de formação. A evolução do turismo a nível internacional pode refletir-se em Portugal em termos de crescimento da economia, do desenvolvimento das regiões e da dinamização do emprego, entre outros impactos igualmente importantes. É este potencial de crescimento que determina a importância estratégica do Turismo e, mais concretamente, da Hotelaria para Portugal.

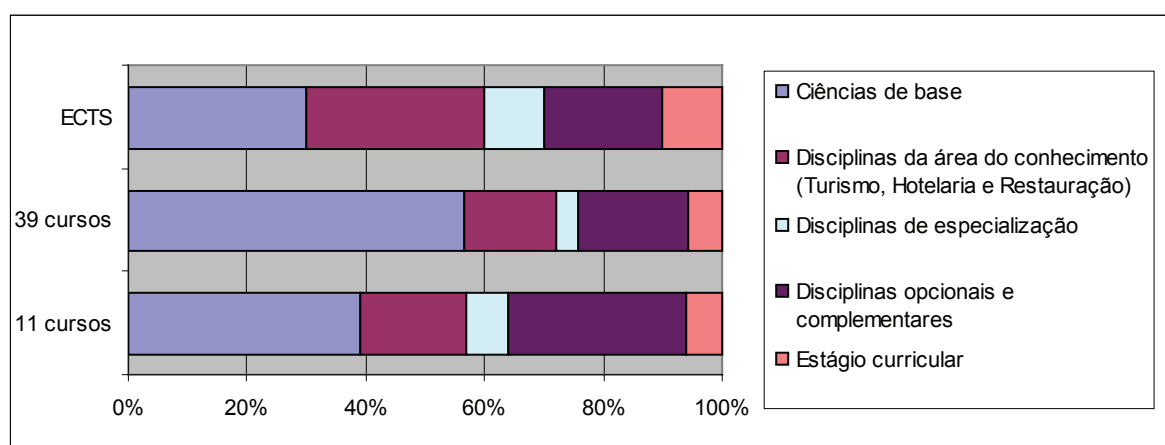
A tendência para formas de alimentação que não privilegiam apenas a saúde, mas que conciliam o prazer e o lazer, o aumento do consumo das refeições fora de casa, a consolidação de novos hábitos alimentares ou a crescente relação de importância do consumo como forma de distinção social, colocam grandes desafios à restauração e à qualificação dos seus recursos humanos. As funções destes profissionais desenvolvem-se a dois níveis: a nível da gestão: planejar, organizar, implementar e controlar ações diretamente relacionadas com a esfera de intervenção das unidades de restauração, com especial destaque para capacidades no domínio dos recursos humanos e comercial – no domínio dos recursos humanos cabe dirigir, animar e coordenar equipas de trabalho, assegurar a gestão do pessoal e participar na formação profissional bem como assegurar o respeito pelas normas de higiene e segurança, e no domínio comercial interessa gerir as relações comerciais e os contratos com os clientes, controlar a evolução das vendas, garantir a satisfação dos clientes e promover as atividades da empresa; a nível da produção: controlar a qualidade da produção alimentar, tendo especial atenção ao cumprimento das Boas Práticas de Fabrico (BPF) e implementação de sistemas do tipo HACCP (Análise de Riscos por Controlo de Pontos Críticos); assegurar os equilíbrios nutricionais e o valor biológico dos alimentos; aplicar novas técnicas de cozinha e produção alimentar, inovando e valorizando as refeições do ponto de vista gastronómico. Neste sentido, os diplomados na área da restauração devem ser capazes de desempenhar cargos de organização, direção e gestão de cozinhas e outras unidades de restauração alimentar (incluindo diferentes tipos tanto a nível da restauração social como coletiva), nomeadamente na produção e confeção, higiene, gastronomia, nutrição e gestão da produção. As competências a adquirir compreendem as funções operacionais (saber-fazer) alargando-se ao domínio da gestão da produção alimentar (saber coordenar) e da conceção (saber criar). Os diplomados do primeiro ciclo deverão adquirir as competências necessárias ao desempenho de funções qualificadas de gestão sectorial, ou de direção em unidades de pequena ou média dimensão. Para o segundo ciclo reservam-se as competências inerentes a dois perfis diferenciados, sendo um vocacionado para a gestão de unidades de produção alimentar e o outro para as artes culinárias.

Hoje, a importância da qualidade esperada como um resultado dos processos educativos e formativos é inquestionável. Porém, a diversidade de práticas curriculares e de ensino tornam mais difícil a análise dos indicadores necessários à avaliação dessa qualidade que, por sua vez, depende de inúmeros fatores. A natureza do serviço educativo e a diversidade dos objetivos, conteúdos, métodos de ensino, entre outros componentes curriculares, tornam esta tarefa num verdadeiro desiderato para os agentes educativos, particularmente os da comunidade académica em Turismo. A análise da qualidade educativa exige refletir-se sobre o desenvolvimento curricular e a investigação em educação, nesta matéria científica.

O desenvolvimento curricular nos cursos de formação inicial de nível VI (1º ciclo do ES) constitui um objeto essencial a analisar neste artigo. Considera-se que se chegou ao auge da necessidade de investigar esta área no ESP, pois é uma matéria académica importante em termos quantitativos e, daí, ter sido uma área escolhida para uma avaliação e acreditação integral pela A3ES no ano letivo 2012-13.

Para Salgado (2007: 390) é necessário ser rigoroso no planeamento curricular, que começa pela definição de princípios com vista à melhor estrutura e, subsequentemente, eficaz implantação de cada curso. Neste sentido, interessa conhecer as diversas áreas científicas que incluem as disciplinas do plano de estudos e, também, saber qual foi o critério que presidiu à escolha das mesmas. Verifica-se que esses pressupostos científicos nem sempre têm sido respeitados, visto que apenas 11 (31,4%) cursos possuem a necessária fundamentação curricular, supondo-se que esta assentou em princípios de organização científica, como seria de esperar. Comparando, contudo, a distribuição da sua percentagem com a prescrita pelo modelo apresentado pelo grupo de trabalho do Turismo, verificam-se algumas discrepâncias. Este grupo pretendeu adequar os cursos do Turismo ao PB, que postula uma formação de licenciatura em seis semestres (180 créditos). E verifica-se que as disciplinas da área do conhecimento e de especialização (cf. Gráfico 1) apresentam um défice de 15%, em relação ao modelo proposto por esse grupo de trabalho. Considerando o universo dos 39 cursos (1684 disciplinas), que funcionaram no ano letivo de 2003/04, constata-se que o défice é maior no respeitante às disciplinas específicas de formação em Turismo (19,4%). Também, as ciências de base têm maior importância nesses 39 cursos (56,4%) se comparadas com o modelo de distribuição percentual de ECTS por áreas (30%). No caso dos 11 cursos verifica-se uma descida para os 39%, aproximando-se do modelo proposto para a reestruturação curricular. Conclui-se que a organização prévia das áreas científicas, a incluir no currículo, conduz a uma solução mais equilibrada para qualquer curso. É uma metodologia indispensável à organização atual dos currículos dos cursos, de acordo com os modelos de organização curricular e, também, com as orientações, quer da tutela do ES, quer dos grupos de trabalho criados para garantir a melhor inserção institucional no PB, que torna mais interativo o espaço europeu neste âmbito educativo.

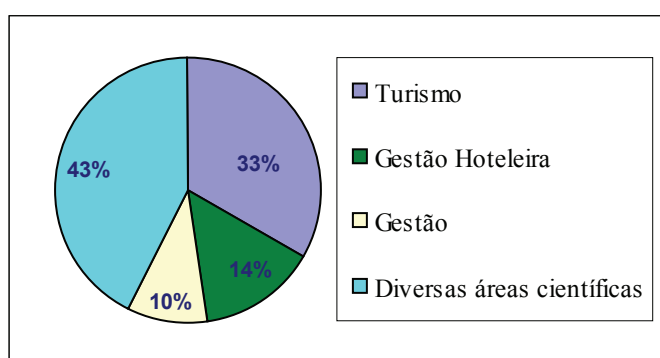
Gráfico 1 - Distribuição das disciplinas e de ECTS por áreas (1º ciclo – licenciatura)



As cinco áreas atrás referidas, sendo de natureza mais genérica, subdividem-se em trinta matérias científicas, no que concerne aos já referenciados 11 cursos (Salgado, 2007: 391). Neles existe uma ampla diversidade nas designações dessas matérias, o que indica, uma vez mais, a excessiva fragmentação dos grupos curriculares que constituem os *curricula* em Turismo. Os dados não foram agregados porque se deseja revelar a verdadeira dimensão da referida diversidade de designações. É uma abundância também confirmada no universo dos 39 cursos. Este diagnóstico revela mais um desafio relevante a resolver pela comunidade científica, em reunião que congregue os responsáveis de curso e, assim, todas as experiências que sejam reveladoras das melhores práticas académicas. Na realidade, é mais um forte argumento em defesa da tese que visa implementar uma sólida estrutura organizacional em rede no ESP do Turismo.

A análise das áreas científicas fundamentais assume uma importância essencial na estrutura do currículo (Salgado, 2007: 392). O gráfico 2 apresenta as áreas detetadas, sendo que Turismo representa 33%, a Gestão Hoteleira 14% e a Gestão 10%. Com apenas um registo, surgem as seguintes áreas científicas: Turismo e Desenvolvimento; Planeamento Turístico; Planeamento de Desenvolvimento Turístico; Línguas, História e Geografia; Línguas; Humanidades; Hotelaria; Gestão de Alimentação e Bebidas; Cultura. A tendência para a diversidade de designações reforça-se também na área nuclear, o que constitui um argumento, pela negativa, sobre a necessidade de promover a organização em rede da formação e investigação em Turismo. Tal permitirá a obtenção de uma maior uniformidade, fundamental para o reconhecimento do Turismo como disciplina académica. A unidade de perspectiva é um objetivo do trabalho de adequação dos cursos, que obriga à definição rigorosa da área científica nuclear em cada um deles, subscrita pela tutela como norma fundamental a ter presente pelas IES.

Gráfico 2 - Áreas científicas consideradas nucleares no currículo



Também se recolheram dados sobre a natureza e orientação dos cursos (Salgado, 2007:395). A cuidada organização científica dos currículos verifica-se apenas em 31,4% dos cursos, onde é possível desvendar alguma desvalorização das disciplinas da área do conhecimento e de especialização em Turismo, em relação ao modelo proposto pelo grupo de trabalho do PB. Contudo, quando a análise abrange o universo de 39 planos de estudos, ela mostra que o défice aumenta consideravelmente. A ampla diversidade das designações nas áreas científicas determina uma excessiva fragmentação das matérias. Por exemplo, a área científica nuclear é referida por somente 60% dos responsáveis e o Turismo recolhe cerca da terça parte das referências. De acordo com esta opção, as razões estão, essencialmente, associadas à natureza do próprio curso (30%). Quando se trata de interpretar o fenómeno turístico, existem atores académicos que sobrevalorizam a vertente económica sobre a social ou vice-versa, situação que se projeta nos cursos. A estrutura do currículo reflete, sempre, a tendência que lhe subjaz. O que se constata é que na orientação curricular predominante as Ciências Empresariais (60%) excedem as Sociais (40%). Porém, a falta de uma centralidade unânime no Turismo (ou numa das suas componentes – ex. Hotelaria) e de uma circunção adequada das áreas científicas que contribuem para o currículo multidisciplinar, compromete os objetivos do ES nesta área. Este estudo só poderá ser realizado no contexto nacional e integrar os responsáveis de curso, que manifestam o interesse e a utilidade de atuar em rede, nomeadamente para resolver o ainda problemático enquadramento científico que conduz à variedade de modelos organizativos do currículo.

A necessidade de normalização curricular e de harmonização de qualificações é reflexo da excessiva diversidade. O currículo mínimo comum garante resultados formativos comparáveis, de modo a responder mais eficazmente aos requisitos profissionais do mercado de emprego. O esquema da normalização das qualificações está relacionado com os perfis padrão nos empregos. A centralidade e a liberdade de organização curricular constituem tendências díspares, com debilidades e potencialidades que continuarão a dividir os especialistas. Os objetivos curriculares assumem uma natureza ampla e complexa e resultam da necessidade de estabelecer metas, com base nos critérios justificativos. Numa análise macro, os objetivos estão associados à compreensão e resolução de problemas do turismo no seu relacionamento com a economia e a sociedade, extensível também à problemática da formação dos profissionais.

3. Avaliação e acreditação da oferta formativa no Turismo

O acompanhamento permanente dos resultados académicos constitui uma tarefa indispensável de quem planifica e coordena as ações formativas. A avaliação é o estudo sistemático e objetivo do planeamento, da implementação e da análise dos resultados, ainda em curso ou obtidos. Assim, os propósitos da avaliação são melhorar a política e as intervenções na educação em Turismo, na assunção que a garantia da qualidade implique um “conjunto de ações planeadas e sistemáticas (consideradas) necessárias para providenciar a confiança adequada que um produto ou serviço irá satisfazer os requisitos dessa qualidade” (Borahan and Ziarati, 2002: 914).

Na atualidade tem-se tornado cada vez mais evidente e importante a necessidade de avaliar a qualidade dos programas de Hotelaria, Turismo e Lazer (Horng, J.-S., Teng, C.-C., & Baum, T. (2009). Concomitantemente Becket and Brookes (2006) referem que a avaliação deve contemplar medidas quantitativas e qualitativas para assegurar consistência entre a qualidade de ensino e os objetivos governamentais. A avaliação e a melhoria da qualidade equacionam atividades que requerem apoio, comunicação e consistência, pois tenta satisfazer as necessidades dos stakeholders, assim como ajuda as escolas a estabelecerem objetivos futuros que possam ir ao encontro das expectativas da indústria.

A seleção dos métodos mais eficazes para avaliar a formação em Turismo deve ser justificada. Fayos-Solá (1995: 17) indica que a metodologia da avaliação deve ser rigorosa. Não é apenas uma questão de encontrar as falhas mas de as especificar num mapa tridimensional (diversidade de setores da atividade turística, variedade de ocupações em cada setor, variedade de elementos institucionais e culturais das regiões turísticas mundiais). Nesta fase do desenvolvimento curricular interessa a análise da qualidade global do processo educativo e a monitorização das fases intermédias, através do estudo dos resultados intercalares. A acreditação e a validação dos currículos são desafios recentes que carecem de maior experimentação. Por exemplo, a empregabilidade registada pode, eventualmente, ser assumida como um indicador do sucesso formativo dos cursos.

Rosa e Sarrico (2008: 380) apontam que “o objetivo da avaliação da qualidade tem vindo a ser deslocado de uma lógica de melhoria da qualidade (do ensino superior) para uma de prestação de contas (das instituições de ensino superior) – o primeiro objetivo sendo essencialmente perseguido por académicos e instituições de ensino superior e o segundo pelos governos”. De facto, a avaliação da qualidade num currículo, mais que uma necessidade fruto de um conjunto de mudanças emergentes no ensino, é um processo de procura crescente de autonomia, de avaliação de diferentes alternativas e graus de exigência por parte não só das IES como, inclusive, por toda a sociedade.

Neste contexto, não é de estranhar que a atenção dos países europeus e da Europa, em si mesma, tenha recaído sobre o desenvolvimento de modelos e sistemas de avaliação da qualidade que apontam claramente para as qualidades extrínsecas do ES, ou seja, das qualidades encontradas nos serviços fornecidos à sociedade pelas IES (Van Vught, 1994).

Douglas Bennett (2001) considera que “a única abordagem válida para avaliar a qualidade do ensino é baseada na mais-valia, ou seja, o que é acrescentado aos estudantes, capacidades ou conhecimentos, como consequência da sua educação numa determinada faculdade ou universidade, ou, simplesmente, a diferença que uma instituição de ensino superior faz na educação de um aluno”.

Nesta conjunção a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) considera a importância do contexto, embora reconheça a dificuldade em conseguir mensurar esta premissa. No modelo proposto relativo aos resultados de aprendizagem dos alunos refere que estes “são um produto compósito das condições de entrada e do meio ambiente no qual a aprendizagem ocorre” (OECD, 2009: 4). Sendo que as “condições de entrada” poderão ser as relativas aos conhecimentos anteriores do aluno, situação socioeconómica, e a componente do “meio ambiente” contemplar os locais onde as aprendizagens se desenvolvem, currículo do curso, metodologias pedagógicas adotadas, comportamentos de aprendizagem dos alunos, entre outras.

A noção de qualidade funciona como um princípio orientador do currículo em Turismo. As características da prestação de serviço influenciam a qualidade total da experiência turística e dependem da formação e qualificação dos recursos humanos; pela profundidade dos contactos entre o cliente, o prestador do serviço e a empresa.

De acordo com Amaral (2012), a abordagem pela melhoria da qualidade torna-se mais apetecível aos académicos, pois permite que tenham uma alternativa compatível com as normas e valores académicos, criando uma ponte com a qualidade, permitindo que intervenções externas intrusivas sob o pretexto de sistemas de auditoria rígidas não sejam implementadas.

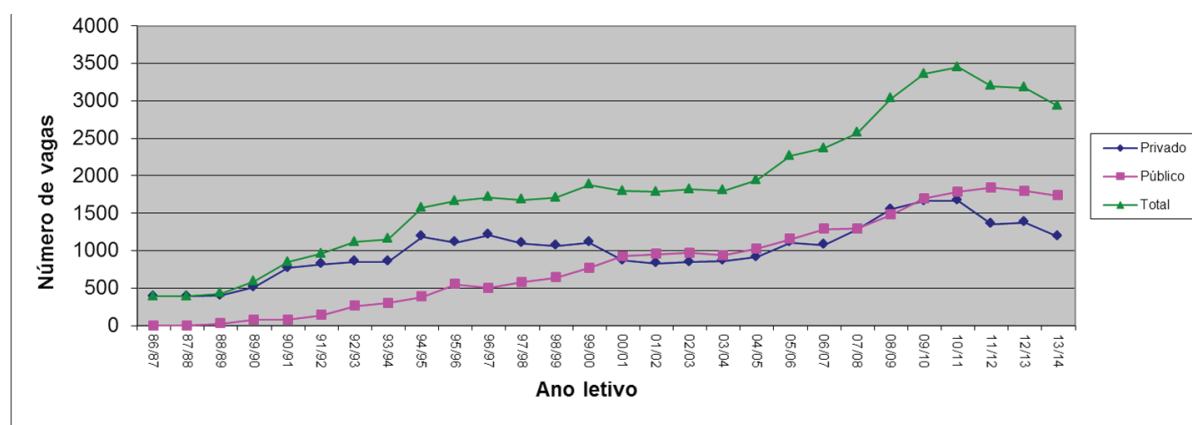
Neste âmbito, e atendendo à égide legal sobre as questões de avaliação e acreditação, surge o Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto que alude no artigo 52.º, que a acreditação de um ciclo de estudos consiste na verificação do preenchimento dos requisitos legais exigidos para a sua criação e funcionamento. A acreditação abrange todos os estabelecimentos de ES e todos os ciclos de estudos conferentes de grau académico, consubstanciando e objetivando, desta forma, um quadro normativo que salvaguarda as premissas e indicadores fundamentais e necessários à acreditação de um ciclo de estudos. Assim levanta-se apenas o véu às importantes e complexas questões relativas à avaliação e acreditação no ES, que continuarão a ser aprofundadas pelos autores.

4. Importância da área da Gestão Turística

No seguimento da análise teórica efetuada nos pontos anteriores e de forma a permitir um contributo reflexivo e um enquadramento do conhecimento da importância da GT no espetro do Turismo no ESP, nos subsistemas universitário e politécnico, quer nos setores público quer privado, abordar-se-ão um conjunto de indicadores que procuram responder a algumas questões estruturantes.

Neste sentido, e fazendo ligação a estudos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito do Turismo (cf. Salgado, 2007), interessa analisar a oferta formativa global dos cursos do 1º ciclo do ESP, pelo que se apresenta no gráfico 3 a oferta de vagas disponibilizadas pelas IES. Estamos em presença de uma série estatística de 28 anos letivos que mostra a evolução e a importância quantitativa desta área científica.

Gráfico 3 – Vagas no ESP na área do Turismo



No âmbito do presente trabalho e tendo por base as nomenclaturas das licenciaturas existentes no ESP considera-se que os cursos no domínio da GT situam-se nas seguintes áreas de estudo da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF; Portaria n.º 256/2005, de 16 de março): 342 - Marketing e Publicidade; 345 - Gestão e Administração; 811 - Hotelaria e Restauração; 812 - Turismo e Lazer, conforme se confirma na tabela 7. Na abertura do ano letivo 2013/14 contabiliza-se um subtotal de 1354 vagas neste subdomínio da GT do total de 2925 da área do Turismo, a que corresponde cerca de 46% dessa oferta do ES. Desde logo podemos compreender

sobre a grande importância que estes cursos assumem nesta oferta formativa nas 4 áreas da CNAEF e nos 2 setores em apreço. Regista-se que apenas 2 universidades privadas (Europeia e Lusófona) oferecem cursos na GT, pelo que o ensino politécnico é predominante.

Tabela 7 – Licenciaturas na área da Gestão Turística

Nome da instituição	Nome do curso	Área de estudo	Vagas
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Marketing Turístico (regime de ensino a distância)	Marketing e Publicidade	20
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Marketing Turístico	Marketing e Publicidade	35
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Gestão de Eventos	Gestão e Administração	27
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Gestão Turística e Hoteleira	Gestão e Administração	50
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Gestão Turística e Hoteleira (regime pós-laboral)	Gestão e Administração	28
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Direcção e Gestão Hoteleira	Gestão e Administração	60
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Direcção e Gestão Hoteleira (regime pós-laboral)	Gestão e Administração	55
Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão	Gestão e Administração Hoteleira	Gestão e Administração	45
Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	32
Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	40
Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Turismo e Hotelaria	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	44
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Gestão	Gestão de Actividades Turísticas	Turismo e Lazer	40
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Gestão	Gestão de Actividades Turísticas (regime pós-laboral)	Turismo e Lazer	40
Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova	Gestão Turística	Turismo e Lazer	27
Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	Gestão das Actividades Turísticas (regime pós-laboral)	Turismo e Lazer	75
Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	Gestão das Actividades Turísticas	Turismo e Lazer	36
Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego	Gestão Turística, Cultural e Patrimonial	Turismo e Lazer	23
Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Gestão de Tomar	Gestão Turística e Cultural	Turismo e Lazer	27
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Gestão do Lazer e Animação Turística	Turismo e Lazer	40
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Gestão Turística	Turismo e Lazer	60
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Gestão do Lazer e Animação Turística (regime pós-laboral)	Turismo e Lazer	40
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Gestão Turística (regime pós-laboral)	Turismo e Lazer	45
Instituto Superior Politécnico do Oeste	Gestão de Empresas Turísticas e Hoteleiras	Gestão e Administração	20
Instituto Superior de Administração e Línguas	Organização e Gestão Hoteleira	Gestão e Administração	45
Instituto Superior de Ciências da Administração	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	30
Instituto Superior de Educação e Ciências	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	30
Instituto Superior de Administração e Gestão	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	90
Universidade Europeia	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	160
Instituto Superior de Espinho	Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração	35
Universidade Lusófona do Porto	Turismo e Gestão de Empresas Turísticas	Turismo e Lazer	35
Instituto Superior D. Afonso III	Gestão Turística	Turismo e Lazer	20

Numa primeira análise, com base na tabela 8, podemos concluir que dos 70 cursos de 1º ciclo do Turismo 31 (42,3%) enquadram-se na GT, 22 deles são ministrados em IES públicas e 9 em privadas. As vagas no sistema público representam 66% do total de vagas existente na GT no ano de 2013/14, de um total de 1354. Outra observação óbvia é que uma ampla maioria destes cursos está a ser lecionada no subsistema politécnico e em IES públicas.

Tabela 8 - Número de vagas em 2013/2014 da GT

	Setor Público		Setor Privado	
	Nº de cursos	Vagas	Nº de cursos	Vagas
Subsistema Universitário	0	0	2	85
Subsistema Politécnico	22	889	7	380
Total	22	889	9	465

A análise aos currícula indicia que os cursos, em geral, compreendem muitas componentes disciplinares do *core* do corpo de conhecimento da área científica do Turismo nos domínios do Turismo e Lazer, da Hotelaria e Restauração, da Gestão e Administração aplicadas ao Turismo e Hotelaria. Contudo, continua-se a verificar uma diversidade significativa de subáreas científicas e componentes disciplinares, pelo que existe uma diversidade considerável nas designações dos cursos (14 diferentes nas 4 áreas da CNAEF?), sobretudo na área da GT, o que contribui para uma certa confusão e falta de legibilidade e comparabilidade nestas ofertas formativas, que resulta em parte de uma certa confusão da escolha das áreas científicas principais e secundárias das licenciaturas da GT e, conseqüentemente, do enquadramento científico e organização disciplinar das unidades curriculares. Assim, constata-se que 2 cursos públicos enquadram-se em Marketing e Publicidade, 8 em Gestão e Administração (6 públicos e 2 privados); 8 em Hotelaria e Restauração (3 públicos e 5 privados); e 13 no Turismo e Lazer (11 públicos e 2 privados). A já referida diversidade característica no subdomínio da GT levanta-nos um conjunto de questões relevantes às quais procuraremos dar algumas pistas nas conclusões.

Também se analisaram as provas de ingresso necessárias para efetivar a admissão a estes cursos da GT, sendo que se notam alguns desajustes, mormente as diferentes possibilidades disponíveis para os candidatos ingressarem em cursos da mesma subárea científica, pois as provas diferem (nalgumas situações substancialmente) entre IES. Neste contexto surgem provas como Economia, Geografia, Matemática Aplicada às Ciências Sociais, Matemática, Inglês, Português, História e Filosofia.

Numa análise preliminar à 1ª fase de candidatura ao ES em 2013/14 constatamos que houve uma taxa de colocação nos cursos públicos no Turismo de cerca de 72,2%, com 1253 colocados a nível nacional. Destaca-se que em alguns dos 10 cursos em funcionamento pós-laboral houve uma procura diminuta, facto que coloca em dúvida a sua viabilidade futura, porém a taxa de cobertura total neste regime foi de 74,7% resultante do preenchimento total de alguns cursos em áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Por sua vez, no subdomínio da Gestão Turística houve uma taxa de cobertura na colocação de estudantes na ordem dos 72,5%, com 645 colocados, pelo que é um indicador ligeiramente melhor face ao global do Turismo. Nota-se que existem 7 cursos em regime pós laboral neste subdomínio do Turismo, o que permite concluir que seria uma resposta à eventual maior procura da parte dos estudantes, porém 3 deles tiveram neste ano uma procura residual na 1ª fase, enquanto os restantes 4 encheram as vagas disponibilizadas. Os dados quantitativos disponíveis permitem facilmente concluir sobre a urgência de uma reorganização da oferta formativa no ESP no Turismo e que também considere a especificidade dos cursos de perfil mais especialista do subdomínio da GT.

Conclusões

O crescimento do ESP conduziu progressivamente a uma diversidade de cursos na área do Turismo, bem como a diferentes conceções dos currículos no âmbito da GT, facto que coloca atualmente importantes desafios a uma área que representa cerca de 3,8% da oferta de vagas dos cursos superiores de licenciatura. Os estudos realizados pelos autores desta reflexão podem permitir algumas ilações necessárias à melhoria da política educativa a nível nacional, bem como para o trabalho realizado pela A3ES. Esta Agência encontra-se a ultimar decisões sobre a qualidade e o cumprimento dos requisitos legais pela maioria dos cursos superiores na área do Turismo, pois foram avaliados no ano letivo que terminou. Consideramos que o nosso objetivo em estudar o efeito da avaliação e acreditação nesta área científica fica aquém do desejado, pelo que esperamos poder analisar criticamente todos os efeitos dos resultados que vierem a ser publicados brevemente.

Destacamos o trabalho de Gonçalves *et al.* (2005) por ter pretendido servir de base à adequação dos cursos ao PB na área do Turismo. Este trabalho prescrevia que para o primeiro ciclo seriam definidas como adequadas as competências de natureza mais genérica, enquanto que se preconizavam formações mais específicas para o segundo, necessariamente associadas à aquisição de competências a nível da gestão de recursos e produtos, de destinos e mercados, e ainda de outros domínios funcionais. Ou seja, numa análise clara deste enquadramento seria de esperar que os cursos na GT fossem criados preferencialmente a nível de mestrado, contudo verificamos que 42,3% das licenciaturas se encaixam neste perfil mais especializado, sobretudo no ES Politécnico. Assim, mantem-se a questão de assumir se uma licenciatura na área do Turismo deve providenciar uma visão multidisciplinar ou se, por outro lado, uma perspetiva dominante das Ciências Empresariais, como acontece na GT. Esta é a eterna discussão entre o perfil generalista versus o perfil especialista no 1º ciclo. Permitam recordar a tabela 4 em que se indica que a vertente do Negócio se torna mais importante apenas na Gestão Superior enquanto nos outros níveis o core do Turismo é predominante. Assim, pela discussão feita neste artigo permitimo-nos equacionar o interesse da GT a nível do 1º ciclo do ES, pois os perfis profissionais no turismo, na hotelaria e na restauração, que devem estar em concordância com os perfis dos cursos nos vários níveis de ensino, devem ter as respostas adequadas do sistema educativo e formativo nacional.

Podemos considerar que até 2007 tivemos uma realidade de crescimento exponencial no Turismo no ES, bem como noutros níveis escolares. A partir desta etapa verificou-se a adaptação dos cursos aos requisitos inerentes ao PB pelo que se esperou uma certa normalização curricular e modernização pedagógica centrada no aprendente. Chegamos a 2013 entramos na 3ª etapa da avaliação e acreditação de toda a oferta formativa no ES no Turismo, pelo que esperamos que se verifique um esforço considerável na melhoria progressiva da qualidade desses cursos com vista à sua acreditação.

Esta reflexão possui algumas limitações, sobretudo as relativas à atualização das referências bibliográficas, que poderiam incluir trabalhos mais recentes que discutissem as consequências do PB na área científica do Turismo, quer em Portugal, quer noutros países, nos quais se faça uma diferenciação e valorização da subárea da Gestão Turística, de modo a servir de base a um modelo de enquadramento para uma gestão sustentável da oferta formativa existente e daquela que venha a ser criada.

A título de exemplo refere-se a criação do mestrado em Gestão do Turismo do IPCA e do IPP em 2015-16, que assumindo a natureza de um curso de 2º ciclo de vertente profissional, se insere nos ciclos de estudos adaptados ao ensino politécnico. Refira-se ainda que estas IES possuem licenciaturas em Gestão de Atividades Turísticas e, assim, este mestrado visará dar continuidade aos estudos, oferecendo uma resposta aos recém-licenciados das instituições para a continuação da sua formação. Este curso de mestrado em Gestão do Turismo visa também promover a integração do sistema de ensino e investigação destes Institutos, criando uma plataforma de desenvolvimento de projetos de investigação aplicada na área do Turismo.

O aprofundamento deste estudo de caso na região Norte e a análise aprofundada de outros cursos nacionais incluídos nesta subárea da Gestão Turística merece o nosso interesse de pesquisa, bem como a análise de processos análogos de acreditação de cursos desta subárea noutros países, com vista a permitir contribuir para a construção de um modelo que estructure a oferta formativa de ensino superior nas várias subáreas que podemos considerar no Turismo, quer numa organização a nível regional (NUT II) quer na nacional. Também ficámos mais conscientes sobre a necessidade de compreender o perfil profissional pretendido nos 3 ciclos do ES, pelo que se requer uma melhor compreensão e definição do âmbito e dos currícula dos cursos de modo a compreender a natureza e a importância desta subárea da Gestão Turística, bem como o nível mais adequado de aprofundamento tendo por base a dicotomia de uma formação genérica versus especializada.

Bibliografia

- ALMEIDA, A. (2000), *A Requalificação dos Recursos Humanos no Sector do Turismo*, BTL'2000, Lisboa: FIL.
- AMARAL, A. (2012), *Recent Trends in Quality Assurance*, Porto: Paper presented at the A3ES and CIPES Conference.
- BENNETT, D. (2001), Assessing Quality in Higher Education, *Liberal Education*, 87(2), pp. 1-4.
- BECKET, N. a. B., M. (2006), Evaluating Quality Management in University Departments, *Quality Assurance in Education*, 14(2), 123-142.
- BORAHAN, N. G. A. Z., R. (2002), Developing Quality Criteria for Application in the Higher Education Sector in Turkey, *Total Quality Management*, 13(7), 913-926.
- BROTHERTON, B., Woolfenden, G., Himmetoglu, B. (1994), Developing Human Resources for Turkey's Tourism Industry in the 1990s, *Tourism Management*, 15 (2), pp. 109-116.
- COOPER, C., Scales, R., Westlake, J. (1992), The Anatomy of Tourism and Hospitality Educators in the UK, *Tourism Management*, 13 (2), pp. 234-241.
- COOPER, C., Shepherd, R., Westlake, J. (1994), *Tourism and Hospitality Education*, Guildford: University of Surrey.
- COOPER, C., Fletcher, J., Gilbert, D., Wanhill, S. (1998), *Tourism: Principles and Practice*, 2nd Edition, Essex: Longman.
- CHURCHWARD, J., RILEY, M. (2002), Tourism Occupations and Education: An Exploration Study, *International Journal of Tourism Research*, 4 (2), pp. 77-86.
- CUNHA, L. (2003), Licenciatura em Turismo da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, *Revista de Humanidades e Tecnologias*, 9, pp. 77-88.
- Diário da República, Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto, *Regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior*, INCM, 1.ª série-B, N.º 151, pp. 4749 - 4772.
- FAYOS-SOLÁ, E. (1995), *Education and Training in the New Age of Tourism: the Vision of the World Tourism Organization*, RICHARDS, G. (ed.), *European Tourism and Leisure Education: Trends and Prospects*, Tilburg: Tilburg University Press, pp. 3-15
- GONÇALVES, E., et al. (2005), *Implementação do Processo de Bolonha: PGTT*, Lisboa: CCISP.
- GUNN, C. A. (1992), The Need for Multidisciplinary Tourism Education, HAWKINS, D. E., Ritchie, J. R. B. (eds), *World Travel and Tourism Review - Indicators, Trends and Forecasts*, Wallingford: CAB International, 2, pp. 265-271.
- GUNN, C. A. (1998), Issues in Tourism Curricula, *Journal of Travel Research*, 26 (4), pp. 74-77.

- HORNG, J.-S., TENG, C.-C., & BAUM, T. (2009), Evaluating the quality of undergraduate hospitality, tourism and leisure programmes, *Journal of Hospitality, Leisure, Sport and Tourism Education*, 8(1), 37-54.
- IQF (2005), *O Turismo em Portugal: Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação*, Lisboa: IQF.
- INOFOR (1999), *Hotelaria em Portugal: Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação*, Lisboa: UNL/FCSH.
- KING, B. (1994), Tourism Higher Education in Island Microstates – The Case of South Pacific, *Tourism Management*, 15 (4), pp. 267-272.
- MACHADO, C. G. (1999), O Estágio Pedagógico na Formação Inicial de Professores: Um Espaço entre a Teoria e a Prática, entre a Idealidade e a Realidade, SPCE (ed.), *Investigar e Formar em Educação*, IV Congresso SPCE, Porto, 2, pp. 49-53.
- OECD (2009), *Analytical Framework for the Contextual Dimension of the AHELO Feasibility Study*, Paris: OECD.
- OMT (1995), *Educando Educadores en Turismo*, Madrid: Instituto de Turismo, Empresa y Sociedad y Universidad Politécnica de Valencia.
- OMT (1997), *An Introduction to Tedqual: a Methodology for Quality in Tourism Education and Training*, Madrid: OMT.
- PAREDES, P. G. (1995), La Formación Profesional Reglada en Hostelería y Turismo, *Estudios Turísticos*, 128, pp. 81-98.
- PAREDES, P. G. (1997), La Formación Profesional en Hostelería y Turismo dentro del Marco de la Reforma del Sistema Educativo en España, OMT (ed.), *El Capital Humano en la Industria Turística del Siglo XXI*, Madrid: OMT, pp. 191-201.
- RICHARDS, G. (1998), A European Network for Tourism Education, *Tourism Management*, 19 (1), pp. 1-4.
- ROSA, M., SARRICO, C. (2008), Qualidade e Acreditação no Ensino Superior: Modelos e Tendências Actuais. *Conselho Nacional de Educação*, pp. 377-402.
- SALGADO, M. A. B. (2007), *Educação e Organização Curricular em Turismo no Ensino Superior Português*, Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- SANZ, M. G. (1995), Ponencia de la Federación Española de Escuelas de Turismo, *Estudios Turísticos*, n.º 128, pp. 71-77.
- SMITH, S. L. J. (1989), *Tourism Analysis: A Handbook*, Harlow: Longman.
- VAN VUGHT, F. A. (1994), Intrinsic and Extrinsic Aspects of Quality Assessment in Higher Education, Changing Contexts of Quality Assessment: Recent Trends in West European Higher Education, *Management and Policy in Higher Education*, vol. 20, pp. 31-50.